



NOTA TÉCNICA 1/2025 - DAPF/DG/CZ/REITORIA/IFPB

Em 19 de maio de 2025.

Nota Explicativa – Aviso Prévio Trabalhado

Em atendimento ao entendimento consolidado pelo **Tribunal de Contas da União (TCU)**, exarado no **Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário**, bem como às orientações técnicas veiculadas na **Nota Técnica nº 652/2017 do Ministério do Planejamento**, a presente nota explicativa tem por finalidade estabelecer as diretrizes para a previsão e alocação da rubrica "aviso prévio trabalhado" no âmbito da **planilha de custos e formação de preços** do contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

De acordo com o referido entendimento jurisprudencial e técnico, a inclusão de valores relativos ao aviso prévio trabalhado deve observar **critérios de proporcionalidade, razoabilidade e vinculação temporal à vigência contratual**, de modo a evitar distorções que comprometam a economicidade do certame ou resultem em pagamentos antecipados e indevidos por serviços não efetivamente prestados.

Assim, estabelece-se que, no **primeiro ano de vigência contratual**, o percentual máximo a ser considerado para fins de composição da parcela mensal correspondente ao aviso prévio trabalhado será de **1,94% (um vírgula noventa e quatro por cento)** sobre os encargos trabalhistas incidentes. Em caso de prorrogação do contrato, esse percentual será reduzido para **0,194% (zero vírgula cento e noventa e quatro por cento)** a cada novo exercício contratual, observando-se, portanto, **decaimento proporcional em consonância com o decurso do tempo e a efetividade dos pagamentos de verbas rescisórias ao longo da execução contratual**.

Importa salientar que a fixação desses percentuais guarda **correspondência lógica e matemática com a fração mensal do custo do aviso prévio proporcional a um ano de contrato (1/12)**, multiplicada pelo percentual legal de aviso prévio trabalhado previsto na **Lei nº 12.506/2011**, além de refletir fielmente a realidade contratual e a natureza eventual e incerta da ocorrência dessa despesa, que depende de fatores como rotatividade da mão de obra e extinção do vínculo empregatício por iniciativa da contratada ou do empregado.

Ademais, a previsão desse encargo deve vir acompanhada de **cláusula específica na minuta contratual**, assegurando que eventual saldo não utilizado seja objeto de **compensação financeira, glosa ou devolução**, nos termos do disposto no inciso III do art. 144 da **Lei nº 14.133/2021**, bem como em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e vedação ao enriquecimento sem causa.

Destarte, a presente nota visa garantir **transparência, previsibilidade e conformidade jurídica na formação dos preços da contratação**, além de assegurar a correta alocação orçamentária dos encargos trabalhistas devidos durante a execução do contrato.

RAFAEL RODRIGUES LOPES

Diretoria de Administração Planejamento e Finanças

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Rafael Rodrigues Lopes, DIRETOR(A)** - CD3 - DAPF-CZ, em 19/05/2025 11:05:07.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/05/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 715179

Verificador: 4d9e40e37e

Código de Autenticação:



